

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.430.723 - RJ (2019/0011203-3)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : DAVI LOMONACO DE CARVALHO VILELA
AGRAVANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA
PROCURADOR : GUSTAVO SEABRA SANTOS E OUTRO(S) - RJ145364

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto por DAVI LOMONACO DE CARVALHO VILELA E OUTRA, face de decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que não admitiu Recurso Especial, manejado contra acórdão assim ementado:

"DIREITO À SAÚDE. OBRIGAÇÃO DO PODER PÚBLICO EM FORNECER O MEDICAMENTO NECESSÁRIO AO TRATAMENTO DA DOENÇA QUE ACOMETE O AUTOR - CIDADÃO HIPOSSUFICIENTE, PORTADOR DE DIABETES TIPO I. DIREITO AO MEDICAMENTO PLEITEADO. DESNECESSIDADE DE PROVA DA NECESSIDADE E INEFICÁCIA DAQUELES FORNECIDOS PELA REDE PÚBLICA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E À RESERVA DO POSSÍVEL. APRESENTAÇÃO DE LAUDO MÉDICO SEMESTRAL A FIM DE DEMONSTRAR A NECESSIDADE DA CONTINUIDADE DO MEDICAMENTO. PROVA DE CONDIÇÃO DE MUNICÍPE. CABIMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE DEVEM SER MINORADOS E FIXADOS EM CONSONÂNCIA COM O ESPECIFICADO NA SÚMULA N. 182 DO TJRJ. TAXA JUDICIÁRIA DEVIDA. REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA. - Os artigos 196 e 198 da Constituição da República asseguram aos necessitados o fornecimento dos medicamentos indispensáveis ao tratamento de sua saúde, sendo essa responsabilidade tanto da União, como dos Estados e dos Municípios. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO" (fl. 161e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com fulcro na alínea **a** do permissivo constitucional, sustentam os agravantes negativa de vigência ao art. 20, parágrafos 3º e 4º, do CPC/73, argumentando, em síntese, que, "da redação do §4º do artigo 20 do Código de Processo Civil, depreende-se que o parâmetro para arbitramento da verba é, primordialmente, o trabalho realizado pelo advogado e não a condição financeira do sucumbente, especialmente nas ações que envolvem o fornecimento de

medicamentos em que o ente público somente é condenado em honorários porque deixou de cumprir, espontaneamente, a sua obrigação constitucional, obrigando a parte a recorrer ao Judiciário" (fl. 205e).

Requerem, ao final, o provimento do recurso.

O recurso merece prosperar.

Com efeito, a fixação da verba honorária pelo critério da equidade, na instância ordinária, é matéria de ordem fática insuscetível de reexame na via do Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 7 desta Corte.

No entanto, a jurisprudência do STJ adotou o entendimento no sentido de que os honorários advocatícios são passíveis de modificação na instância especial quando se mostrarem irrisórios ou exorbitantes, o que ocorreu no presente caso.

No caso, o Tribunal de origem reduziu os honorários advocatícios arbitrados pela sentença em R\$ 700,00 (setecentos reais), para R\$ 300,00 (trezentos reais).

Nesse contexto, entendo que a verba honorária sucumbencial fixada pelo Tribunal **a quo** se mostra insuficiente para remunerar o trabalho da Defensoria, o que configura a excepcionalidade exigida pela jurisprudência desta Corte e possibilita a majoração dos honorários pleiteada.

A propósito, confirmam-se os seguintes julgados:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM FAVOR DA DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL. VALOR IRRISÓRIO. REVISÃO. POSSIBILIDADE.

1. A jurisprudência do STJ admite, em caráter excepcional, a alteração do quantum arbitrado a título de honorários advocatícios, caso o valor se mostre irrisório ou exorbitante, em clara afronta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

2. No caso, o Tribunal de origem manteve a verba honorária fixada na sentença em R\$ 200,00 (duzentos reais), o que configura a excepcionalidade exigida pela jurisprudência desta Corte, mostrando-se possível a majoração dos honorários, conforme decidido monocraticamente (R\$ 500,00 - quinhentos reais).

3. Agravo Regimental não provido" (STJ, AgRg no REsp 1.495.908/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 11/02/2015).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO DO

RECURSO ESPECIAL. ART. 544, § 4º, DO CPC. FAZENDA PÚBLICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM VALOR IRRISÓRIO. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. Em sede de agravo em recurso especial é possível ao relator apreciar e julgar monocraticamente o próprio apelo raro, porquanto o artigo 544, § 4º, do Código de Processo Civil, permite o julgamento monocrático do mérito do recurso especial nos autos de agravo nas hipóteses em que o entendimento aplicado resta pacificado no âmbito do STJ.

2. **A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que, em regra, não se mostra possível em recurso especial a revisão do valor fixado a título de honorários advocatícios, pois tal providência exige novo exame do contexto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.**

3. **O óbice da referida súmula pode ser afastado em situações excepcionais, quando for verificado excesso ou insignificância da importância arbitrada, ficando evidenciada ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, hipótese configurada no caso dos presentes autos.**

4. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no AREsp 530.365/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 20/02/2015).

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, **conheço do Agravo e dou provimento** ao Recurso Especial, para restabelecer a verba honorária arbitrada na sentença de fls. 88/90.

I.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora